

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Gostaria de começar a minha primeira intervenção neste Parlamento, dirigindo uma palavra de felicitação ao Senhor Presidente da Assembleia pelo exercício de tão elevadas funções, desejando o maior sucesso no desempenho das mesmas.

Gostaria também de saudar os Senhores Deputados, fazendo votos para que o Vosso mandato corresponda à materialização dos legítimos anseios dos cidadãos que Vos elegeram.

Da parte do Governo Regional estamos, desde a primeira hora, providos de uma vontade inabalável de servir e trabalhar na construção de um futuro melhor para a nossa Região.

Em Democracia é tão importante cumprir a vontade da maioria, como respeitar os direitos das oposições, pelo que se ao Governo compete ser o impulsionador das políticas e da estratégia que permita à Região ultrapassar as provas que se nos colocam, não deixamos de ter, ainda assim, uma visão de conjunto que estabeleça objetivos partilhados para vencer os desafios que são de todos.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O principal propósito da Secretaria das Finanças é o de garantir o financiamento das políticas públicas, razão pela qual elegemos a estabilidade orçamental como um fator estruturante; como um **meio** para resolvermos os problemas com que hoje nos debatemos e que urgem ser resolvidos.

Daí termos afirmado um novo compromisso, centrado no crescimento económico, na recuperação do emprego e no aumento do rendimento disponível das famílias.

(Só faz fé a versão proferida)

Discussão e Aprovação do Programa do XII Governo Regional da Madeira

No plano orçamental e financeiro, o Programa apresenta como principais preocupações o equilíbrio das contas públicas e o pagamento atempado e pontual de todas as nossas responsabilidades, também de modo a imprimir um maior impulso à atividade económica.

É imperativo mantermos o rigor e a solidez das finanças públicas, que será conseguido através de uma política orçamental exigente, assente, a todo o tempo, nas reais disponibilidades financeiras da Região.

Neste âmbito, terá de ser a própria Administração Pública a primeira a moderar os seus gastos, dando o exemplo e aplicando a si própria um esforço que, sem demagogias, não pode ser menor do que aquele que é exigido em cada momento aos cidadãos contribuintes.

É ainda fundamental aumentar a qualidade da despesa pública, que terá de atender, acima de tudo, às necessidades da população, num quadro de recursos financeiros muito limitados.

A transparência da atuação pública é para nós um fator crítico, mas também um ponto de honra. Já foi dito vezes sem conta, mas não é de mais voltar a referir, que a Região é a entidade pública do País com as contas mais auditadas e mais transparentes.

Já foi dito vezes sem conta, mas não é de mais voltar a referir, que a Região é a entidade pública do País com as contas mais auditadas e mais transparentes.

Ainda assim, propomos o aprofundamento do escrutínio orçamental, de modo pró-ativo e responsabilizador, através da prestação de informação sobre a execução orçamental e sobre os compromissos assumidos, de forma integrada, rigorosa e em tempo útil, de acordo com um calendário que seja público, pré-definido e estável.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A nossa autonomia financeira passa necessariamente pela capacidade de financiamento autónomo da Região, sendo essencial, neste aspeto particular, a continuação da obtenção de saldos orçamentais compatíveis com uma gestão orçamental equilibrada.

Este é um caminho que se impõe, para que possamos continuar a beneficiar da reputação e da credibilidade que hoje já granjeamos entre os agentes económicos, para deste modo podermos aceder aos meios de financiamento sem qualquer apoio ou suporte de entidades externas, condicionadoras da nossa Autonomia Política.

Esta questão assume uma importância fulcral, porquanto teremos de garantir a partir de 2016, e já sem o apoio do Estado, as nossas necessidades de financiamento.

Nesse sentido, estamos já a trabalhar na preparação de uma operação de financiamento, que iremos lançar ainda em 2015, e que estamos em crer será bem sucedida.

De modo a reduzir os encargos financeiros, iremos efetuar uma gestão ativa da nossa dívida, que poderá passar pela contratação de empréstimos de substituição que aproveitem as melhores condições de financiamento em vigor, sendo certo, contudo, que a Região terá um custo nestas operações que será tendencialmente superior ao custo da dívida do Estado, porquanto esta goza de prerrogativas legais que a dívida pública das Regiões Autónomas não beneficiam.

Iremos ainda monitorizar regularmente a nossa estratégia de sustentabilidade da dívida, de modo a adequar as nossas necessidades de tesouraria aos compromissos assumidos, para que assim todas as nossas obrigações sejam satisfeitas sem atrasos, evitando sobrecustos e imprimindo, também por esta via, um impulso à atividade económica.

A estratégia delineada pelo Governo passa pela adoção de medidas que promovam o crescimento da economia, a competitividade e o emprego, assegurando que às famílias e às empresas seja requerido o menor esforço fiscal possível em cada momento.

O Governo reconhece que a atração de investimento externo é um desígnio, o que requer estabilidade fiscal.

Desta forma, o Programa revela o empenhamento na reivindicação de uma maior autonomia fiscal.

Para além de uma política fiscal que diligencie soluções estáveis e incremente o investimento, pretende-se uma política que promova o emprego e favoreça a competitividade das empresas.

Assim, iremos prosseguir as políticas conducentes à maximização das receitas fiscais, através das medidas de combate à fraude e à evasão fiscal, para que possamos concretizar uma política de desagravamento fiscal progressivo, mas responsável, que não comprometa a consolidação orçamental e o equilíbrio das nossas finanças públicas.

Iremos continuar a defender o Centro Internacional de Negócios da Madeira como instrumento privilegiado para a concretização dos interesses da Região, sobretudo na captação de investimento externo, na oferta de emprego qualificado e no aumento das nossas receitas fiscais.

Para o nosso projeto de apoio à economia, reforço da competitividade e defesa do emprego, é determinante assegurar o integral aproveitamento dos fundos comunitários, mas também orientar estes fundos para projetos e iniciativas com comprovada mais-valia.

A gestão dos fundos comunitários terá de dar uma atenção redobrada à qualidade dos projetos e da despesa, a aferir por indicadores de resultado, já em construção sob a coordenação da Direção Regional de Estatística.

Ainda ao nível da Estatística, e para além das Contas Satélite do Turismo, do Mar e da Agroindústria, temos a ambição de produzir o indicador de atividade económica regional, o PIB trimestral e as perspetivas macroeconómicas, tendo por base indicadores regionais, que servirão de suporte à definição e à monitorização das políticas públicas.

(Só faz fé a versão proferida)

Discussão e Aprovação do Programa do XII Governo Regional da Madeira

Temos ainda o firme propósito de finalizar, com sucesso, a renegociação das parcerias público-privadas, canalizando as poupanças daí resultantes para a regularização de responsabilidades e para a requalificação da rede viária regional, que urge ser recuperada, dada a sua importância e o estado em que se encontra.

Não temos dúvidas de que a nossa sustentabilidade financeira não será alcançada de forma plena se esta medida não for concretizada, razão pela qual teremos de ser firmes nesta negociação, que, reconhecemos, já se arrasta há demasiado tempo.

É igualmente importante inventariar e regularizar o património imobiliário da Região, de modo a rentabilizá-lo, canalizando os recursos daí provenientes preferencialmente para a preservação do património que se mantiver na esfera pública.

Não será descartada a possibilidade de alinação de imóveis e de terrenos que se revelem dispensáveis para a prossecução do interesse público.

Será feito um esforço acrescido na melhoria dos processos expropriativos, privilegiando-se sempre a via negocial e respeitando-se a propriedade privada.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Urge agilizar e desburocratizar o funcionamento da Administração Pública para assim prestarmos melhores serviços aos cidadãos e às empresas.

Temos o propósito de disseminar os serviços eletrónicos, orientados para as necessidades das empresas e dos cidadãos, que terão de estar integrados e alinhados com os sistemas de informação nacionais, trabalho que também será desenvolvido em articulação com a Agência da Modernização Administrativa.

(Só faz fé a versão proferida)

Discussão e Aprovação do Programa do XII Governo Regional da Madeira

Este trabalho será concretizado com o envolvimento dos municípios e das freguesias, que continuamos a eleger como os nossos parceiros privilegiados na definição e na concretização de políticas e de medidas públicas.

Temos ainda em comum com as autarquias locais a defesa, que terá de ser intransigente, mas coesa, dos nossos legítimos interesses junto da República, sendo certo que todos juntos ainda seremos poucos para inverter a “natural tendência” do Estado em esquecer as nossas especificidades e os nossos direitos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Deste Programa decorre, de forma clara e inequívoca, a inabalável determinação do Governo em tudo fazer para vencer todos os desafios que se nos colocam.

Não ignoramos, contudo, as dificuldades que enfrentamos, nem os desafios que o futuro nos reserva.

Seremos firmes na concretização das medidas e das decisões que decorrerão das prioridades da nossa Governação, as quais foram definidas, não esqueçamos, para um horizonte temporal de quatro anos.

Temos uma estratégia coerente, que mantém a consolidação das finanças públicas como um meio para financiar as políticas sociais e para a concretização dos objetivos de crescimento da nossa economia.

Uma estratégia que aponta um rumo e, sobretudo, que abre um novo horizonte de esperança.

Muito obrigado.